

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Desde 2003, quando foi reativado, o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica vem promovendo intensas discussões e apresentando resultados positivos e fundamentais para a sociedade brasileira.

Ao longo de sua trajetória, preocupou-se com a apresentação de alternativas relacionadas a áreas estratégicas para o país, compartilhando esforços sempre que possível com a agenda do Executivo, como foi o caso do Biodiesel, da TV digital, do UCA – Um computador por aluno, entre outros.

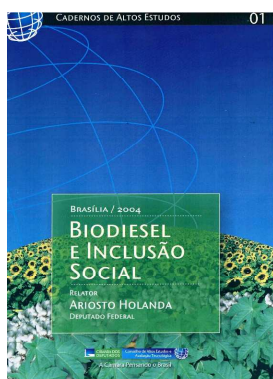
As ações do Conselho, resultantes do comprometimento de seus membros e de uma efetiva discussão com interlocutores da sociedade, são instrumentalizadas por meio de seminários, exposições, publicações e culminam na apresentação de proposições legislativas.

Nos seus 5 anos de existência, o Conselho tem orgulho de apresentar uma pauta consistente de trabalho, colecionando 2 seminários internacionais, 10 nacionais, 7 publicações, 3 exposições, além de discussões e *workshops* envolvendo temas complexos e fundamentais para o futuro do Brasil.

## ESTUDOS

---

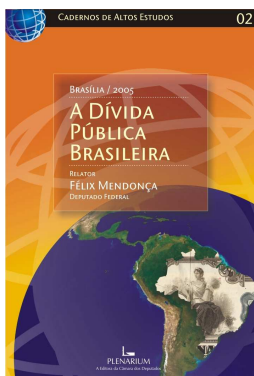
### 1 - Biodiesel e Inclusão Social



Com esse tema e sob a relatoria do Deputado Ariosto Holanda, o Conselho inaugura os trabalhos do Conselho em 2003. A discussão teve por objetivo promover discussões sobre uma nova política para o setor energético, com vistas à preservação ambiental e à geração de trabalho e renda para a população do campo. Os resultados do estudo foram materializados no PL 3.368/2004, que propôs a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel. Foram realizados dois seminários, um em 2003 e outro em 2006.



## 2 - Dívida Pública Brasileira



O estudo da *Dívida Pública Brasileira*, relatado pelo Deputado Felix Mendonça, em 2005, é fruto de um seminário e se propôs a incorporar uma linguagem mais acessível à compreensão do tema. O estudo resultou em uma Indicação ao Executivo (INC 5.187/2005) sugerindo o aprimoramento do sistema de metas de inflação de forma a incorporar a relação dívida líquida/PIB. O arranjo seria coordenado pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional. O Conselho levou a discussão às cidades de Recife e Salvador, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal da

Bahia.

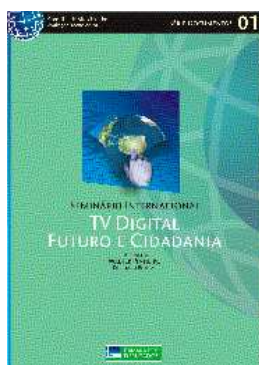
## 3 - Mercado de Software no Brasil



O tema *Mercado de Software no Brasil* teve como relator o Deputado Marcondes Gadelha. O estudo veio propor soluções que visam a incentivar a competitividade da indústria nacional e da produção local de programas de computador, proteger a propriedade intelectual, conceder incentivos fiscais à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e estimular a comercialização interna e a exportação de *softwares*. O PL 7.417, de 2006, propõe uma legislação que atenda às especificidades do setor, apontadas

no Seminário realizado pelo Conselho em 2005.

## 4 - TV Digital



A Câmara dos Deputados promoveu, em junho de 2006, o Seminário TV Digital: Futuro e Cidadania, às vésperas da definição do padrão digital. A discussão foi fundamental para a estrutura do PL 7.096/2006, de autoria do Conselho, que dispõe sobre a outorga dos canais de televisão no SBTVD para algumas entidades do setor público. O resultado desse debate foi a



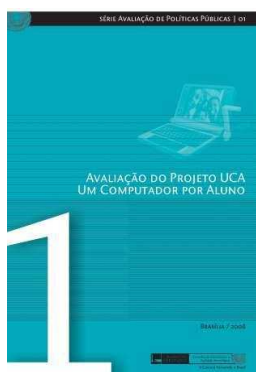
conquista de 7 canais públicos no novo padrão: TV Brasil, TV Câmara, TV Senado, TV Cultura, TV Cidadania, TV Justiça e TV Educação. A TV Câmara, pioneiramente, desde dezembro de 2008, vem operando em caráter experimental na cidade de São Paulo. Em 2009, inaugura Brasília e, até 2010, deverá estar funcionando em todas as capitais brasileiras.

## 5 - Capacitação Tecnológica da População



Preocupado com a capacitação dos trabalhadores diante da evolução das novas tecnologias, o Deputado Ariosto Holanda propôs um seminário sobre a temática, em 2005, convidando uma equipe multidisciplinar de especialistas para sugerir propostas à questão. O diagnóstico indica caminhos para a consolidação de um novo sistema de ensino técnico no País, voltado para a qualificação e o preparo de profissionais para o mercado de trabalho, cada vez mais demandante de mão-de-obra especializada. O PL 7.394/2006 contemplou proposta de criação do Fundo de Extensão da Educação Profissional, encaminhando Indicação ao Executivo (INC 551/2007) e propondo a criação de um programa de educação tecnológica de âmbito nacional.

## 6 - UCA – Um Computador por Aluno



O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica se propôs com a Série Avaliação de Políticas Públicas a abrir uma nova vertente de atuação, dedicando parte de seu trabalho ao acompanhamento e avaliação de políticas governamentais. O projeto UCA, coordenado pelo Deputado Paulo Lustosa, foi o tema escolhido para inaugurar a série. Trata-se de um programa criado pelo Governo Federal, em 2006, com o objetivo de ampliar, a baixo custo, o uso das tecnologias da Informação e Comunicação no processo educacional. No final de 2008, foi licitada a compra de 150.000 equipamentos para serem distribuídos a 300 escolas de todo o Brasil. O sucesso do programa, de vasta dimensão, envolve desafios financeiros, pedagógicos, tecnológicos, logísticos, culturais e políticos.



## 7 - Crimes Cibernéticos

O Brasil está se tornando uma espécie de laboratório planetário para a prática de crimes digitais.



Isto se deve, em grande parte, à defasagem da legislação brasileira, que não tipifica muitos dos crimes cometidos no mundo virtual. A partir de Seminário Internacional, realizado em maio de 2008 por iniciativa do Deputado Colbert Martins, procurou-se acelerar e aperfeiçoar, junto a especialistas da área, as estruturas legais vigentes relativas ao combate da criminalidade cibernética. Em 2003 o ex-Deputado Luiz Piauhylo apresentou no âmbito do Conselho, projeto de lei (PL 89/2003) que foi aprovado por unanimidade pelo Plenário da Casa. No Senado, o Substitutivo do Senador Eduardo Azeredo (PLS 76/2000) aglutinou,

em 2008, três PL's relacionados à tipificação de condutas ilícitas mediante uso do meio eletrônico, propondo alterações do Código Penal. O objetivo do Conselho foi somar esforços aos do Senado no sentido de instigar a sociedade e fazer as alterações necessárias para que o Brasil possa se inserir em âmbito internacional à rede de combate ao cibercrime. A publicação está prevista para o ano de 2009.

## 8 – Responsabilidade na Gestão Pública: o desafio dos municípios, a LRF e a Lei de Licitações



Em fevereiro de 2007, a partir de proposta do Deputado José Linhares o Conselho realizou o Seminário Lei de Responsabilidade Fiscal: o desafio dos municípios. A proposta do evento foi conduzir ampla reflexão sobre o tema a fim de avaliar possíveis melhorias na legislação, sem o comprometimento do controle e da austeridade. Em que pesem os inquestionáveis avanços já alcançados, é fato as dificuldades com que os gestores públicos municipais se deparam na tentativa de encontrar soluções para as demandas da população dentro dos limites dos dispositivos legais.

Sensível à lacuna legal existente, o Conselho apresentou o PLP 411/2008, que redefine critérios relativos aos limites de despesas com pessoal e de endividamento dos entes da Federação, e a Lei 4.097, de 2008, que dispõe sobre as competências, a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal. O estudo é tema do II volume da Série Avaliação de Políticas Públicas.



## EM ANDAMENTO

### **Pré-sal**

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica formalizou em 2008 estudo sobre o marco legal do petróleo, tendo em vista as recentes descobertas de gigantescas reservas na camada do pré-sal, dado que o sistema de concessão, previsto na Lei 9.478, de 1997 (Lei do Petróleo), não mais se adequa à nova realidade. Diferentemente dos demais estudos, e após algumas reuniões de trabalho, foi apresentado inicialmente um projeto de lei sobre a matéria (o PL 4.565 de 2008) com a proposta de que seja o ponto de partida para uma grande discussão em 2009.

### **Setor Mineral**

O Conselho apresentou no final do ano passado iniciativa de estudo propondo alterações no marco Mineral Brasileiro, com o objetivo de assegurar a máxima utilização dos recursos minerais do país, sem risco ao meio ambiente. A proposta prévia de estudo, apresentada pelo Consultor Legislativo Paulo César Ribeiro Lima, indica que há a necessidade de aperfeiçoamentos e modificações no arcabouço jurídico-legal do setor, em especial quanto aos institutos da “autorização de pesquisa” e “concessão de lavra”, previstos na lei minerária vigente, mas dissonantes dos conceitos clássicos do Direito Administrativo, constantes na Constituição Federal.

**Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Superior de Guerra** – Em 2008, foram realizadas reuniões de trabalho entre o Conselho de Altos Estudos, o Centro de Informática, a Assessoria de Projetos Especiais e a Escola Superior de Guerra para a construção de um Acordo de Cooperação Técnica, com vistas ao desenvolvimento conjunto de uma Plataforma de Planejamento Estratégico. A proposta do Acordo de Cooperação Técnica entre a ESG e a Câmara dos Deputados, em desenvolvimento, prevê a participação de outras entidades, como o Laboratório de Sistemas Integráveis da Universidade de São Paulo, o Instituto Militar de Engenharia e o Centro de Análise de Sistemas Navais.



## **REFERÊNCIAS NORMATIVAS**

- Resolução nº 17 de 1997
- Arts. 275 a 277 do Regimento Interno da Câmara

### **Secretaria Executiva do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica**

- Secretário- Executivo: Ricardo Rodrigues
- Assessor Institucional: Paulo Motta
- Endereço: Anexo III, sala 566 A
- Telefones: 3215 8625/ 8626/ 8627/8628
- Email: [caeat@camara.gov.br](mailto:caeat@camara.gov.br)
- Site: [www.camara.gov.br/caeat](http://www.camara.gov.br/caeat)